

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – DEZEMBRO 2022

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA.....	6
IPI	7
JURISPRUDÊNCIA.....	7
IR E CSLL	8
LEGISLAÇÃO	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8
PIS E COFINS	11
LEGISLAÇÃO	11
JURISPRUDÊNCIA.....	11
DIVERSOS	14
LEGISLAÇÃO	14
JURISPRUDÊNCIA.....	14

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. AC – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei Complementar nº 422, de 26 de dezembro de 2022 (DOE-AC 27.12.22)**
2. AL – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 8.779, de 20 de dezembro de 2022 (DOE-AL 21.12.22)**
3. AM – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei Complementar nº 242, de 29 de dezembro de 2022 (DOE-AM 29.12.22)**
4. BA – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 14.527, de 21 de dezembro de 2022 (DOE-BA 22.12.22)**
 - **Decreto nº 21.797 de 23 de dezembro de 2022 (DOE-BA 24.12.22)**
5. BA – RESTAURAÇÃO DO ADICIONAL DO FUNCEP ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA, SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, COMBUSTÍVEIS ETC.
 - **Decreto nº 21.796 de 23 de dezembro de 2022 (DOE-BA 24.12.22)**
6. GO – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – OPERAÇÕES COM CONTRIBUINTES OU NÃO DO ICMS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI Nº 11.651/1991
 - **Lei nº 21.690, de 15 de dezembro de 2022 (DOE-GO 16.12.22)**
7. MA – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 11.867, de 23 de dezembro de 2022 (DOE-MA 23.12.22)**
8. MT – REFIS – PROGRAMA DE PARCELAMENTO - REABERTURA DE PRAZO ATÉ 28 DE FEVEREIRO DE 2023
 - **Decreto nº 15.602, de 29 de dezembro de 2022 (DOE-MT 29.12.22)**
9. MS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – OPERAÇÕES COM CONTRIBUINTES OU NÃO DO ICMS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI Nº 1.810/1997
 - **Lei nº 5.993, de 15 de dezembro de 2022 (DOE-MS 16.12.22)**
10. PA – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 2022 (DOE-PA 16.12.22)**

11. PR – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 21.308, de 13 de dezembro de 2022 (DOE-PR 13.12.22)**

12. PI – ICMS – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei Complementar nº 269, de 08 de dezembro de 2022 (DOE-PI 24.12.22)**

13. RN – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 11.314, de 23 de dezembro de 2022 (DOE-RN 24.12.22)**

14. RR – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 1.767, de 30 de dezembro de 2022 (DOE-RR 30.12.22)**

15. RS – REGIME OPTATIVO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ROT – ADESÃO - PRORROGAÇÃO.
 - **Decreto nº 56.786 de 21 de dezembro de 2022 (DOE-RS 22.12.22)**

16. SE – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO
 - **Lei nº 9.120, de 19 de dezembro de 2022 (DOE-SE 20.12.22)**

17. SP – BENEFÍCIOS FISCAIS – INSUMOS AGROPECUÁRIOS, MÁQUINAS E OUTROS – REVERSÃO DE AJUSTE FISCAL PROMOVIDO PELO DECRETO Nº 65.254/2020 E PRORROGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS.
 - **Decreto nº 67.382 de 20 de dezembro de 2022 (DOE-SP 21.12.22)**
 - **Decreto nº 67.383 de 20 de dezembro de 2022 (DOE-SP 21.12.22)**

18. SP - REGIME ESPECIAL DE SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS - NOTA FISCAL FÁCIL (NFF) - DISCIPLINA
 - **Portaria SRE nº 97, de 07 de dezembro de 2022 (DOE-SP 08.12.22)**

19. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS DE LIMPEZA – BASE DE CÁLCULO E IVA NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2023 A 30 DE SETEMBRO DE 2025 – DISPOSIÇÕES
 - **Portaria SRE nº 100, de 13 de dezembro de 2022 (DOE-SP 14.12.22)**

20. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM ARTEFATOS DOMÉSTICOS – BASE DE CÁLCULO E IVA NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2023 A 30 DE SETEMBRO DE 2025 – DISPOSIÇÕES
 - **Portaria SRE nº 101, de 13 de dezembro de 2022 (DOE-SP 14.12.22)**

- 21. TO – AUMENTO DA ALÍQUOTA PADRÃO**
- **Medida Provisória nº 33, de 29 de dezembro de 2022 (DOE-TO 29.12.22)**
- 22. CONFAZ – REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – BENEFÍCIOS FISCAIS – APLICAÇÃO TAMBÉM AOS CONTRIBUINTES SUBSTITUTOS**
- **Convênio nº 200 de 22 de dezembro de 2022 (DOU 23.12.22)**
- 23. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LÂMPADA ELÉTRICA, DIODOS E APARELHOS DE ILUMINAÇÃO - NAS OPERAÇÕES DESTINADAS AO ESTADO DE ALAGOAS, A MVA-ST ORIGINAL A SER APLICADA SERÁ AQUELA DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO INTERNA DE DESTINO**
- **Protocolo ICMS nº 85, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 16.12.22)**
- 24. AL E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES - NAS OPERAÇÕES DESTINADAS AO ESTADO DE ALAGOAS, A MVA-ST ORIGINAL A SER APLICADA SERÁ AQUELA DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO INTERNA DE DESTINO**
- **Protocolo ICMS nº 89, de 14 de dezembro de 2022 (DOU 16.12.22)**
- 25. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES – HIPÓTESES DE INAPLICABILIDADE DO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NOS PROTOCOLOS ICMS NºS 196/2009 E 26/2010**
- **Protocolos ICMS nºs 92 e 93, de 14 de dezembro de 2022 (DOU 16.12.22)**
- 26. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS – DISPOSIÇÕES SOBRE LISTA DE MERCADORIAS, INAPLICABILIDADE DO REGIME E ADOÇÃO DA MVA-ST ORIGINAL DEFINIDA NA LEGISLAÇÃO INTERNA DE DESTINO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NOS PROTOCOLOS ICMS NºS 41/2008 E 97/2010**
- **Protocolos ICMS nºs 95 e 96, de 14 de dezembro de 2022 (DOU 16.12.22)**
- 27. MDF-E - POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DAMDFE EM MEIO ELETRÔNICO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF Nº 21/2010**
- **Ajuste SINIEF nº 48, de 09 de dezembro de 2022 (DOU 14.12.22)**
- 28. CT-E - POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DACTE EM MEIO ELETRÔNICO E INCLUSÃO DE NOVOS EVENTOS RELACIONADOS A CT-E – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF Nº 09/2007**
- **Ajuste SINIEF nº 50, de 09 de dezembro de 2022 (DOU 14.12.22; ret. DOU 27.12.22)**

- 29. DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO ELETRÔNICA (DC-E) – UTILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE BENS E MERCADORIAS NA HIPÓTESE DE NÃO SER EXIGIDA DOCUMENTAÇÃO FISCAL – DISCIPLINA – EFEITOS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2024**
- **Ajuste SINIEF nº 56, de 09 de dezembro de 2022 (DOU 14.12.22)**
- 30. NF-E – (I) CARACTERÍSTICAS DO DANFE SIMPLIFICADO ETIQUETA; (II) POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DAMDFE EM MEIO ELETRÔNICO, E (III) INCLUSÃO DE NOVOS EVENTOS RELACIONADOS A NF-E – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF nº 07/2005**
- **Ajuste SINIEF nº 58, de 09 de dezembro de 2022 (DOU 14.12.22)**
- 31. GNRE ON-LINE – ACESSO AO MODELO DO DOCUMENTO, IMPRESSÃO DO CÓDIGO DE BARRAS E/OU CÓDIGO PIX, INDICAÇÃO DO CÓDIGO DE RECEITA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO SINIEF nº 06/1989**
- **Ajuste SINIEF nº 59, 09 de dezembro de 2022 (DOU 15.12.22)**
- 32. PUBLICAÇÃO DO GUIA PRÁTICO EFD ICMS IPI VERSÃO 3.1.2 E DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO CONTRIBUINTE – EFEITOS A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2023**
- **Ato COTEPE/ICMS nº 117, de 01 de dezembro de 2022 (DOU 02.12.22)**
- 33. CT-E - MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO CONTRIBUINTE – APROVAÇÃO DA VERSÃO 4.00 – PERMISSÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA VERSÃO 3.00A ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2023**
- **Ato COTEPE/ICMS nº 123, de 06 de dezembro de 2022 (DOU 07.12.22)**
- 34. MDF-E - MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO CONTRIBUINTE – APROVAÇÃO DA VERSÃO 3.00B – PERMISSÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA VERSÃO 3.00A ATÉ 30 DE JUNHO DE 2023**
- **Ato COTEPE/ICMS nº 124, de 06 de dezembro de 2022 (DOU 07.12.22)**
- 35. NF-E - VALIDAÇÃO GTIN – SUBSTITUIÇÃO DA NT 2017.001**
- **Publicação da Nota Técnica 2021.003 Versão 1.20**
- 36. NF-E - NOVOS CAMPOS E REGRAS DE VALIDAÇÃO**
- **Publicação da Nota Técnica 2022.003 Versão 1.10**
- 37. NF-E - APERFEIÇOAMENTO DE REGRA DE VALIDAÇÃO DE ISSQN**
- **Publicação da Nota Técnica 2022.004 Versão 1.00**
- 38. NF-E - ICMS NA OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE VENDAS A CONSUMIDOR FINAL**
- **Publicação da Nota Técnica 2022.005 - Versão 1.00**

JURISPRUDÊNCIA

39. ASSINATURA BÁSICA DE TELEFONIA, COM OU SEM FRANQUIA DE MINUTOS – INCIDÊNCIA A PARTIR DE 21.10.16

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

40. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE ENERGIA PARA UTILIZAÇÃO NO PROCESSO PRODUTIVO – NÃO INCIDÊNCIA - CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

41. CONGELAMENTO DAS BASES DE CÁLCULO DOS COMBUSTÍVEIS – DIFERENÇAS DO ICMS-ST – IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO

- **Precedente da Justiça Estadual de São Paulo**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

- 1. MATERIAIS DE EMBALAGEM, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATÉRIAS PRIMAS PROVENIENTES DA ZONA FRANCA DE MANAUS COM ISENÇÃO DE IPI – INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS COM SUSPENSÃO OU DESTINADOS À EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO**
 - **Solução de Consulta nº 47, de 08 de dezembro de 2022 (DOU 14.12.22)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. NOVO MARCO LEGAL DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
 - **Medida Provisória nº 1.152, de 28 de dezembro de 2022 (DOU 29.12.22)**
2. NOVO REGIME DE DEDUTIBILIDADE DE *ROYALTIES* E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 - **Medida Provisória nº 1.152, de 28 de dezembro de 2022 (DOU 29.12.22)**
3. LUCROS NO EXTERIOR – PRORROGAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS – PRORROGAÇÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO PARA A INDÚSTRIA EM GERAL
 - **Medida Provisória nº 1.148, de 21 de dezembro de 2022 (DOU 22.12.22)**
4. PERSE – APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA ZERO AOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO SETOR DE EVENTOS – DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE
 - **Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**

JURISPRUDÊNCIA

5. TRIBUTAÇÃO DOS JUROS INCIDENTES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS – QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
6. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – POSSIBILIDADE DE CÁLCULO RETROATIVO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
7. PERSE – APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO A TODAS AS RECEITAS DA PESSOA JURÍDICA
 - **Precedente da Justiça Federal de Barueri**
8. ENCARGOS FINANCEIROS DECORRENTES DE OPERAÇÃO PARA FINANCIAR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO – INDEDUTIBILIDADE APÓS A INCORPORAÇÃO DO INVESTIMENTO ADQUIRIDO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. DESPESAS COM FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO – INDEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL – INCORPORAÇÃO – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30%
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. COMPENSAÇÃO – DCOMP QUE INFORMA A INTEGRALIDADE DO SALDO NEGATIVO – APRESENTAÇÃO DE DCOMP’S APÓS CINCO ANOS DA PRIMEIRA DECLARAÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
12. DCOMP – POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DOS CRÉDITOS EM CINCO ANOS – REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ EM PRAZO SUPERIOR – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
13. MULTA ISOLADA DE 50% SOBRE A FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS – POSSIBILIDADE AINDA QUE APURADO PREJUÍZO FISCAL NO ANO-CALENDÁRIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
14. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE AÇÕES – IMPOSSIBILIDADE DE SER COMPUTADO COMO CUSTO DE AQUISIÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
15. IRRF – COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO LÍQUIDO POR OUTROS MEIOS DE PROVA ALÉM DO INFORME DE RENDIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
16. ALIENAÇÃO, AOS SÓCIOS, DE BEM POR VALOR NOTORIAMENTE INFERIOR AO DE MERCADO – CARACTERIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
17. LUCRO REAL TRIMESTRAL – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DO IRRF RELATIVO A RECEITAS DE TRIMESTRES ANTERIORES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
18. MULTAS DE OFÍCIO – INDEDUTIBILIDADE PARA DETERMINAÇÃO DO LUCRO REAL – JUROS MORATÓRIOS – DEDUTIBILIDADE SOMENTE QUANDO O TRIBUTOS TAMBÉM FOR DEDUTÍVEL
 - **Solução de Divergência nº 1, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**
19. LUCRO PRESUMIDO – ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO – 8% NO CASO DE CONSTRUÇÃO POR EMPREITADA COM EMPREGO DE TODOS OS MATERIAIS INDISPENSÁVEIS INCORPORADOS À OBRA – 32% NO CASO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EM GERAL E CONSTRUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO OU POR EMPREITADA APENAS DE MÃO DE OBRA OU COM EMPREGO PARCIAL DE MATERIAIS

- **Solução de Consulta nº 65, de 20 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**

20. POSTOS DE COMBUSTÍVEIS – TROCO DESTINADO A ENTIDADE FILANTRÓPICA – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RECEITA

- **Solução de Consulta nº 48, de 12 de dezembro de 2022 (DOU 20.12.22)**

21. OPÇÃO POR LUCRO PRESUMIDO QUANDO A PESSOA JURÍDICA POSSUIR PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA NO EXTERIOR – FATO QUE NÃO IMPEDE A OPÇÃO PELO REGIME

- **Solução de Consulta nº 61, de 19 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**

22. EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÃO – DAÇÃO EM PAGAMENTO EM BENS QUE INTEGRAM O OBJETO PRINCIPAL DA ATIVIDADE DA PESSOA JURÍDICA – INCLUSÃO NA RECEITA BRUTA

- **Solução de Consulta nº 57, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 26.12.22)**

23. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO EMPREGADO DECORRENTES DO TELETRABALHO – DEDUTIBILIDADE NA APURAÇÃO DO LUCRO REAL DESDE QUE COMPROVADAS POR DOCUMENTAÇÃO HÁBIL

- **Solução de Consulta nº 63, de 19 de dezembro de 2022 (DOU 27.12.22)**

24. CRÉDITO RECONHECIDO EM DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO – INEXISTÊNCIA DE DEFINIÇÃO DE VALORES EM JUÍZO – RECONHECIMENTO DA RECEITA QUANDO DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 64, de 19 de dezembro de 2022 (DOU 28.12.22)**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE ACUMULADOS EM DECORRÊNCIA DE DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DO PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO E DO PIS/COFINS NO MERCADO INTERNO – POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU COMPENSAÇÃO
 - **Lei nº 14.440, de 2 de setembro de 2022 (publicação de partes originalmente vetadas no DOU 22.12.22)**

2. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA
 - **Lei nº 14.440, de 2 de setembro de 2022 (publicação de partes originalmente vetadas no DOU 22.12.22)**

3. PERSE – APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA ZERO ÀS RECEITAS DAS ATIVIDADES DO SETOR DE EVENTOS – NÃO MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE - DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE
 - **Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**

4. TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS - INSTITUIÇÃO DE ALÍQUOTA ZERO
 - **Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022 (DOU 21.12.22)**

5. NOVAS ALÍQUOTAS PARA RECEITAS FINANCEIRAS
 - **Decreto nº 11.322, de 30 de dezembro de 2022 (DOU 30.12.22)**
 - **Decreto nº 11.374, de 1º de janeiro de 2023 (DOU 2.1.23)**

6. NOVO REGULAMENTO DO PIS E DA COFINS – DISCIPLINA SOBRE PRAZO PARA APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE, COMPOSIÇÃO DE BASE DE DÉBITOS E CRÉDITOS, CONCEITO DE INSUMOS ETC.
 - **Instrução Normativa nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 20.12.22)**

JURISPRUDÊNCIA

7. INCIDÊNCIA NA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE PAÍSES DO GATT PARA USO DENTRO DA ZFM
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

8. COMISSÕES PAGAS PELAS EMPRESA SEGURADORAS AOS CORRETORES – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
9. PERSE – APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO A TODAS AS RECEITAS DA PESSOA JURÍDICA
 - **Precedente da Justiça Federal de Barueri**
10. PIS-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO – RESTITUIÇÃO – IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM – LEGITIMIDADE DO MANDANTE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. OPERAÇÕES COM COLIGADAS – CONCESSÃO DE DESCONTO, APÓS O FATURAMENTO, SEM PREVISÃO CONTRATUAL OU JUSTIFICATIVA COMERCIAL – VALORES DIFERENTES DOS PRATICADOS COM TERCEIROS – IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DE DESCONTO INCONDICIONAL – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
12. FRETE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
13. FRETE NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS NÃO TRIBUTADOS OU COM ALÍQUOTA ZERO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
14. OPERAÇÕES PORTUÁRIAS – FRETE ENTRE FILIAIS DE MATERIAIS DE LIMPEZA, EMBALAGENS, INSUMOS E DE PRODUTOS ACABADOS – DESCONTO DE CRÉDITOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
15. REGIME MONOFÁSICO – COMERCIANTE REVENDEDOR – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
16. ATIVIDADE COMERCIAL/VAREJISTA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS SOBRE INSUMOS E ATIVO IMOBILIZADO UTILIZADO NA ATIVIDADE COMERCIAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
17. PESSOA JURÍDICA CONSIDERADA INIDÔNEA – DESCONSIDERAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS EMITIDAS – GLOSA DOS CUSTOS/DESPESAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

- 18. CARACTERIZAÇÃO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO DE VÍNCULO DE EMPREGO – CRÉDITOS INDEVIDOS – GLOSA**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 19. BENS E SERVIÇOS UTILIZADOS POR IMPOSIÇÃO LEGAL – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO – DESPESAS COM TAXAS E LICENÇAS RELACIONADAS AO CONTROLE AMBIENTAL E À SEGURANÇA DE INSUMOS UTILIZADOS – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO**
- **Solução de Consulta nº 45, de 25 de novembro de 2022 (DOU 09.12.22)**
- 20. POSTOS DE COMBUSTÍVEIS – TROCO DESTINADO A ENTIDADE FILANTRÓPICA – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RECEITA**
- **Solução de Consulta nº 48, de 12 de dezembro de 2022 (DOU 20.12.22)**
- 21. EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÃO – DAÇÃO EM PAGAMENTO EM BENS QUE INTEGRAM O OBJETO PRINCIPAL DA ATIVIDADE DA PESSOA JURÍDICA – INCLUSÃO NA RECEITA BRUTA**
- **Solução de Consulta nº 57, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 26.12.22)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. SOLUÇÃO DE CONSULTA – PRODUÇÃO DE EFEITO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
 - **Ato Declaratório Interpretativo nº 5, de 29 de novembro de 2022 (DOU 01.12.22)**

2. ARROLAMENTO DE BENS – ALTERAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA
 - **Instrução Normativa nº 2.122, de 15 de dezembro de 2022 (DOU 20.12.22)**

3. REGULAMENTAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS LÍQUIDOS E CERTOS DECORRENTES DE DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
 - **Portaria PGFN nº 10.826, de 21 de dezembro de 2022 (DOU 22.12.22)**

JURISPRUDÊNCIA

4. CRIAÇÃO, PELOS MUNICÍPIOS, DE TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE TORRES E ANTENAS DE TRANSMISSÃO – INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

5. FUNRURAL – INCIDÊNCIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CONSTITUCIONALIDADE – SUBROGAÇÃO – INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

6. ITCMD – ARROLAMENTO SUMÁRIO – DISPENSA DE PAGAMENTO ANTECIPADO COMO CONDIÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

7. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – DESCUMPRIMENTO DA PERIODICIDADE LEGAL – INCIDÊNCIA SOBRE AS PARCELAS EXCEDENTES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. INCORPORAÇÃO – FALTA DE COMUNICAÇÃO AO FISCO LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA EMPRESA INCORPORADA - MANUTENÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTO A MAIOR – VINCULAÇÃO, PELA RFB, DO PAGAMENTO A DÉBITO CONFESSADO PELO CONTRIBUINTE – INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. MULTAS PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS, CONTÁBEIS E FISCAIS – PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS PELOS CONTRIBUINTE – SUFICIÊNCIA – CANCELAMENTO DAS MULTAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. ITR – FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ADA – POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. SENTENÇA QUE RECONHECE O DIREITO À COMPENSAÇÃO – RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. DCOMP – APRESENTAÇÃO APÓS CINCO ANOS DA TRANSMISSÃO DA PRIMEIRA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – RECONHECIMENTO, PELA JUSTIÇA DO TRABALHO, DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO – CANCELAMENTO DA COBRANÇA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

15. INTIMAÇÃO POR EDITAL – DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS DEMAIS ESPÉCIES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. MULTA PELA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO INDEVIDO NA COMPENSAÇÃO – APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA QUE CANCELA A PENALIDADE – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. DCOMP – HOMOLOGAÇÃO TÁCITA – INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO DE CINCO ANOS DA DATA DA TRANSMISSÃO DA DCOMP RETIFICADORA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – TELETRABALHO – RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO EMPREGADO – CARÁTER INDENIZATÓRIO – NÃO INCIDÊNCIA DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADAS
 - **Solução de Consulta nº 63, de 19 de dezembro de 2022 (DOU 27.12.22)**